

Ajuste Direto n.º APR 03/2022

**Aquisição de Compressor Portátil para enchimento de garrafas de Aparelho
Respiratório Isolante de Circuito Aberto**

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Capítulo I.....	2
Disposições gerais.....	2
Cláusula 1.ª - Objeto	2
Cláusula 2.ª - Prazo de Fornecimento	2
Cláusula 3.ª - Contrato	2
Cláusula 4.ª - Prazo da Proposta	2
Cláusula 5.ª - Preço Base	3
Cláusula 6.ª - Proposta	3
Capítulo II	3
Obrigações contratuais.....	3
Secção I.....	3
Obrigações do fornecedor.....	3
Subsecção I	3
Disposições gerais.....	3
Cláusula 7.ª - Obrigações principais do fornecedor.....	4
Cláusula 8.ª - Locais de Entrega do Bens.....	4
Cláusula 9.ª - Conformidade dos bens	4
Cláusula 10.ª - Receção e Conferência	4
Cláusula 11.ª - Aceitação dos bens	5
Subsecção II	5
Dever de sigilo	5
Cláusula 12.ª - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 13.ª - Prazo do dever de sigilo	5
Secção II	5
Obrigações do Município de Alcanena	5
Cláusula 14.ª - Preço contratual	6
Cláusula 15.ª - Condições de pagamento	6
Capítulo III.....	6
Penalidades contratuais e resolução	6
Cláusula 16.ª - Penalidades contratuais	6
Cláusula 17.ª - Força maior	7
Cláusula 18.ª - Resolução por parte do contraente público	8
Cláusula 19.ª - Resolução por parte do fornecedor	8
Cláusula 20.ª - Execução da caução	9
Cláusula 21.ª - Seguros	9
Capítulo IV	9
Resolução de litígios.....	9
Cláusula 22.ª - Foro competente.....	9
Capítulo V	9
Disposições finais.....	9
Cláusula 23.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 24.ª - Comunicações e notificações	10
Cláusula 25.ª - Contagem dos prazos	10
Cláusula 26.ª - Utilização de dados pessoais	10
Cláusula 27.ª - Gestor do Contrato	10
Cláusula 28.ª - Legislação aplicável	11
Cláusula 29.ª - Verificação da Lei 8/2012 - LCPA	11

Capítulo I **Disposições gerais**

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o Fornecimento de um Compressor Portátil para enchimento de garrafas de Aparelho Respiratório Isolante de Circuito Aberto, ao Município de Alcanena, para uso pelos Bombeiros Municipais de Alcanena, de acordo com as especificações técnicas constantes da Cláusula 7.^a deste caderno de encargos.

Cláusula 2.^a – Prazo de Fornecimento

O fornecimento do equipamento pretendido deverá ocorrer no prazo máximo de 20 dias, após adjudicação.

Cláusula 3.^a - Contrato

1 — O presente contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O fornecimento dos bens a efetuar rege-se pelos seguintes elementos:

- a) Contrato escrito, se dele não for dispensado, de acordo com o definido no Código dos Contratos Públicos;
- b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O presente Caderno de Encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 4.^a – Prazo da Proposta

A proposta mantém-se em vigor pelo período relativo ao fornecimento dos bens, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do seu fornecimento.

Cláusula 5.^a - Preço Base

1 — O preço base, ou seja, o preço máximo que o Município se dispõe a pagar, pelo fornecimento dos bens é de € 11.860,00 (onze mil oitocentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 — O preço a pagar pelo presente fornecimento será o valor apresentado na proposta apresentada para o fornecimento em questão.

2 - A fixação do preço base teve em consideração a consulta preliminar efetuada à única entidade a convidar.

Cláusula 6.^a - Proposta

1 – Na proposta a apresentar, o concorrente deve manifestar a sua vontade de contratar e o modo como se dispõe a fornecer os bens.

2 – Na proposta a apresentar, o concorrente deve indicar, entre outros elementos os seguintes:

- a) O valor total da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- b) Condições de pagamento;
- c) Prazo e condições de Entrega;
- d) Outras condições para o fornecimento dos bens.

3 - Na proposta apresentada devem vir incluídos todos os custos relativos ao transporte e entrega dos bens nas instalações dos Bombeiros Municipais de Alcanena.

Capítulo II **Obrigações contratuais** Secção I

Obrigações do fornecedor Subsecção I **Disposições gerais**

Cláusula 7.^a - Obrigações principais do fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

Fornecimento dos bens de acordo com as seguintes características técnicas e quantidades:

Quantidade	Descrição
1	Compressor portátil, com motor a diesel, com capacidade de 350 litros por minuto
4	4 estágios
3	Mangueira de enchimento a 300 Bar
1	Sistema de filtragem com capacidade de 21 m ³ /h, ou superior
1	Sistema Automático para condensados

2 – O fornecedor deve ainda dar formação aos bombeiros a designar, sobre o modo de funcionamento e demais características do equipamento a fornecer.

Cláusula 8.^a – Locais de Entrega do Bens

A entrega dos bens deverá ser efetuada nas Instalações dos Bombeiros Municipais de Alcanena, na Rua Comandante Mário Branco Madeira, em Alcanena.

Cláusula 9.^a - Conformidade dos bens

1 — O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do procedimento, em perfeitas condições para o seu consumo.

2 — Os bens objeto do fornecimento devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 — O fornecedor é responsável, perante o Município de Alcanena, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do fornecimento que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 10.^a - Receção e Conferência

A entrega dos equipamentos deverá ser efetuada no local indicado, junto da pessoa a designar com gestor de contrato.

Cláusula 11.^a - Aceitação dos bens

1 — Caso os bens estejam em conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos, o Município de Alcanena receciona-os.

2 — Com a receção a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do procedimento para o Município de Alcanena, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

Subsecção II Dever de sigilo

Cláusula 12.^a - Objeto do dever de sigilo

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcanena, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do fornecimento.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do fornecimento.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.^a - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento do fornecimento, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II Obrigações do Município de Alcanena

Cláusula 14.^a - Preço contratual

1 — Pelo fornecimento dos bens objeto do procedimento, o Município de Alcanena deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do procedimento para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.^a - Condições de pagamento

1 — A quantia devida pelo Município de Alcanena, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve ser paga no prazo de 30 dias após a emissão da(s) respetiva(s) fatura(s), a quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do procedimento.

3 — Em caso de discordância por parte do Município de Alcanena, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou outro qualquer meio.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a - Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do fornecimento, o Município de Alcanena pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objeto do fornecimento, até 2 % do valor total da proposta, por cada dia de atraso.

2 — Em caso de resolução do fornecimento por incumprimento do fornecedor, o Município de Alcanena pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor total da proposta.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do fornecimento, cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alcanena tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Alcanena pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do fornecimento com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alcanena exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a - Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da adjudicação e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a - Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcanena pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do procedimento, de forma reiterada ou continuada;

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alcanena.

Cláusula 19.^a - Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 22.^a.

3 — Nos casos previstos na alínea *a*) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcanena, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV **Caução e seguros**

Cláusula 20.ª - Execução da caução

Não é exigida caução para o presente fornecimento.

Cláusula 21.ª - Seguros

1 — Não é exigido qualquer seguro para o presente fornecimento, no entanto é da responsabilidade do fornecedor todos os danos causados e acidentes ocorridos durante as fases de transporte, carga e descarga.

Capítulo IV **Resolução de litígios**

Cláusula 22.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes da prestação de serviços fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V **Disposições finais**

Cláusula 23.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do fornecimento, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma.

Cláusula 25.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.^a – Utilização de dados pessoais

1 - Todos os dados pessoais recolhidos ou que o Município de Alcanena tenha acesso, são para uso exclusivo pelos serviços do Município de Alcanena.

2 - Os dados pessoais solicitados ou a solicitar no âmbito do contrato, são os exigidos nos termos da Lei Portuguesa no âmbito da contratação de despesa pública e execução do respetivo contrato.

3 - Os dados pessoais solicitados ou a solicitar, são os estritamente necessários para a formação do procedimento pré-contratual e execução do respetivo contrato a celebrar.

4 - Os dados pessoais são para uso pelos serviços do Município, que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa.

5 - Os dados pessoais a que o Município de Alcanena tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.

6 – O adjudicatário, na qualidade de subcontratante, respeita as condições relativas à utilização de dados pessoais a que tenham acesso, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Cláusula 27.^a - Gestor do Contrato

Atendendo ao definido no artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, será designado o Gestor do Contrato, ao qual cabe o acompanhamento permanente da execução do mesmo.

Cláusula 28.^a - Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

Cláusula 29.^a – Verificação da Lei 8/2012 - LCPA

A adjudicação do presente procedimento fica ainda sujeita à verificação do disposto na Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, nomeadamente:

Fundos Disponíveis – A existência de fundos disponíveis para a assunção do compromisso em 2022, resultante do presente procedimento, que terá de se verificar previamente à adjudicação.

O Vereador

**NUNO MIGUEL
COSTA SILVA**

Assinado de forma digital
por NUNO MIGUEL
COSTA SILVA
Dados: 2022.01.24
14:15:56 Z

(Nuno Miguel Costa Silva)

Por Delegação de Competências nos termos do Despacho ref.ª 22017, de 27 de outubro de 2021
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa ¹